



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

27/09/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Reforma Tributária pode elevar tarifa de água em até 18%, diz setor de saneamento

O setor de saneamento alerta para risco de alta nas tarifas de água e esgoto caso o texto da Reforma Tributária não seja alterado no Senado. Em estudo apresentado nesta terça-feira (26), associações estimam elevação entre 10% e 18%.

Em reunião com parlamentares em Brasília, empresas do setor pedem equiparação, na reforma, a segmentos que ganharão alíquotas reduzidas, como saúde e educação. Atualmente, o saneamento tem isenção de ISS e ICMS.

O segmento paga apenas PIS/Cofins, com uma alíquota de 9,25%. Considerando os créditos tributários, a incidência fica em torno de 6,5%, segundo estima a Aesbe (Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento).

Com a alíquota esperada para o novo IVA (Imposto de Valor Agregado) entre 25% e 27%, a carga tributária praticamente quadruplica, com impactos nas finanças das empresas, que podem ser absorvidos via redução de investimentos ou pedidos de reequilíbrio financeiro.

Estudo da Aesbe calcula que o valor dos impostos pagos pelo setor praticamente dobrará com a alíquota de 27%, passando dos atuais R\$ 5,6 bilhões para algo entre R\$ 10,3 bilhões ou R\$ 11,1 bilhões, dependendo do cenário pesquisado.

O setor defende que a assunção do custo extra pelas empresas representaria corte de 40% na geração de excedentes que ajudam a financiar investimentos determinados pelos contratos e pela lei de universalização do atendimento.

Para manter os mesmos níveis de geração de caixa excedente com a nova alíquota, diz a entidade, seriam necessários reajustes entre 8,9% e 10,4%, dependendo do cenário.

A Abcon Sindcon (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto) fala em alta de até 18% nas tarifas pagas em áreas já concedidas à iniciativa privada com a alíquota do IVA a 27%.

Considerando uma alíquota de 10,8%, semelhante à prevista para os setores de educação e saúde, a necessidade média de recomposição tarifária é de 0,6%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 27 de setembro.

Consumo de energia no Brasil aumenta 3,9% em agosto, diz CCEE

O consumo nacional de energia elétrica cresceu 3,9% em agosto na comparação anual, para cerca de 66 mil megawatts médios, com impulso das altas temperaturas e de uma maior atividade de setores industriais, segundo dados preliminares divulgados nesta terça-feira (26) pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A maior taxa de crescimento foi observada no mercado regulado, no qual residências e pequenas empresas têm seu fornecimento de energia atendido pelas distribuidoras. O consumo nesse mercado expandiu 5,0% ante agosto de 2022, puxado pelo maior uso de equipamentos de refrigeração devido às temperaturas mais elevadas no período.

Já no mercado livre, no qual indústria e grandes empresas contratam sua energia, o avanço do consumo foi de 2,2%, influenciado por um aumento da atividade de alguns setores da economia, com destaque para o comércio e a indústria de minerais metálicos, e pelo movimento intenso de migração de novos consumidores vindos do ambiente regulado.

A expectativa é de que o consumo de energia no país, que cresceu pelo quarto mês consecutivo, continue a subir em setembro, mês em que as temperaturas permanecem altas e foram intensificadas por uma onda de calor que atinge boa parte do país.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 27 de setembro.

Proposta para precatórios beira contabilidade criativa, dizem economistas

Os economistas passaram a terça-feira (26) tentando entender o conteúdo e os efeitos da nova proposta do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o pagamento de precatórios. Se por um lado foi bem recebida a ideia de fazer a fila dos pagamentos andar, parte dos especialistas já está chamando de contabilidade criativa o plano de dividir os precatórios em principal e juros.

Nesta segunda-feira (24), a AGU (Advocacia-Geral da União), com apoio do Ministério da Fazenda, pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) a derrubada do limite para precatórios instituído durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL).

O governo também solicitou autorização para quitar o estoque represado até agora por meio de crédito extraordinário, que também fica fora do alcance dos limites orçamentários. O passivo é estimado em cerca de R\$ 95 bilhões, e sua regularização deve elevar a dívida pública.

A AGU quer ainda que o STF reconheça uma separação entre tipos de despesas com precatórios, com os gastos relacionados ao valor principal sendo contabilizados como despesas primárias, enquanto os desembolsos com juros e correção monetária passariam a ser tratados como despesas financeiras, sem impacto no resultado primário.

O plano do governo de classificar parte do gasto com precatórios como despesa financeira foi antecipado pela Folha em agosto.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron tem reforçado que a mudança nos precatórios não é para o governo gastar mais e que vão agir "sem jeitinho". Ceron afirma que o intuito não é abrir espaço fiscal, mas simplesmente resolver o assunto de forma transparente. Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 27 de setembro.

Projeto que abre crédito de R\$ 129,9 milhões para reduzir fila do INSS avança no Congresso

A Comissão Mista de Orçamento aprovou nesta terça-feira (26) um projeto que abre um crédito de R\$ 129,9 milhões no Orçamento de 2023 para serem investidos na redução da fila do INSS. O texto segue agora para o plenário do Congresso Nacional.

Os recursos serão usados para pagar um bônus aos servidores encarregados da análise das aposentadorias e do BPC (Benefício de Prestação Continuada), programa destinado aos idosos de baixa renda. Os mutirões começaram em julho.

Está previsto o pagamento de um extra de R\$ 68 para servidores administrativos e de R\$ 75 para peritos médicos por processo concluído.

Na exposição de motivos, o Executivo sustentou que o crédito visa "reduzir o tempo de análise de processos administrativos de reconhecimento inicial, manutenção, revisão, recurso, monitoramento operacional de benefícios e avaliação social de benefícios administrados pelo INSS".

Afirmou de reforçar a realização de exame médico pericial, além de dar vazão ao cumprimento de decisões judiciais cujo prazo tenha expirado.

Relator da matéria, o deputado federal Castro Neto (PSD-PI) afirmou que o projeto "não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes" e opinou pela aprovação. Não houve objeto à aprovação da matéria por integrantes da Comissão Mista.

O ministro declarou que, com o projeto de lei programa para reduzir a fila da Previdência Social, a expectativa é a de que, até o fim de dezembro, seja possível "enquadrar todos esses pedidos no prazo máximo permitido por lei, que é de 45 dias".

Ele explicou que, além da fila, tem recebido mais pedidos de benefícios por mês. Em agosto, por exemplo, foram protocolados 1 milhão de requerimentos, o que é um recorde.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 27 de setembro.